

Comparações internacionais

Desafios para os estudos sobre trabalho e gênero

Michel Lallement

Tradução do francês de Gisela Tartuce

Com a intenção de alimentar o debate sobre o estatuto e os métodos da comparação internacional, proponho tratar de uma questão que à primeira vista pode parecer incongruente: a comparação internacional é possível? Há boas razões – nós o veremos – para responder negativamente a essa pergunta. Entretanto, desde seus primórdios, tanto com Émile Durkheim quanto com Max Weber, a sociologia nutre-se de comparações internacionais (cf. Lallement, 2003). A partir dessa constatação paradoxal, espero fornecer alguns argumentos que possam ajudar a definir o estatuto da comparação internacional como prática. Para esse fim, lanço uma hipótese de trabalho: tendo por base preocupações reflexivas e pragmáticas, a comparação deve ser antes de tudo assimilada a uma atividade de bricolagem (no sentido dado por Claude Lévi-Strauss), porque, por definição, é impossível colocar em prática um método ideal e puramente racional que satisfaça essa exigência contraditória de “comparar o incomparável”, conforme expressão de Marc Maurice (cf. Maurice, Sellier e Silvestre, 1982).

Comparação impossível?

Um vasto material dá provas de que aquilo que espontaneamente relacionamos quando comparamos quadros nacionais diferentes remete, de fato, a construções irremediavelmente heterogêneas. Para ilustrar o que – seguindo

os filósofos e linguistas – seria possível nomear de “objeção prejudicial” a toda perspectiva comparativa, pode-se tomar o caso das taxas de desemprego. Se se considera apenas os casos francês e alemão, constata-se, de início, que o confronto dos indicadores habitualmente mobilizados para comparar os mercados de trabalho dos dois países estabelece um problema em pelo menos quatro níveis. Primeiramente, semântico: *Arbeitslos* não pode, efetivamente, ser tomado por *chômage* (desemprego), mas antes por “privação de trabalho”. Essa tradução nos afasta da raiz francesa. De fato, *chômage* vem do grego *Kauma*, queimadura (da febre, do sol) que pesa sobre as máquinas e os homens pela via da improdutividade forçada. Em seguida, histórico: como evidenciam diferentes trabalhos de sociologia histórica, a construção das categorias *chômage* e *Arbeitslos* é *incompreensível* fora das configurações históricas singulares que as viram surgir. Em terceiro lugar, metodológico: na Alemanha, a construção da categoria desemprego, tal como transparece no *Mikrozensus*, revela claramente que, diferentemente da França, o critério da falta de trabalho tem sido determinante (ao menos desde as reformas estruturais de 2003) na definição do desemprego¹. A isso somam-se todas as diferenças relativas à composição da amostra, à periodicidade das pesquisas, às taxas de não respostas, entre outros. Por fim, societárias: por razões históricas complexas, a aprendizagem e o trabalho das mulheres não têm nem o mesmo estatuto nem a mesma importância nos dois países. Ora, essas oposições societárias pesam mecanicamente sobre as taxas de desemprego, e isso em benefício da Alemanha: *ceteris paribus*, o maior número de aprendizes alemães faz crescer o denominador, e a propensão maior das mulheres alemãs a se retirarem do mercado de trabalho quando se casam tem um efeito inverso sobre o numerador. Em resumo, impossível comparar o desemprego ou, mais exatamente, as taxas de desemprego na França e na Alemanha.

Ainda que trabalhe sobre um material de natureza um pouco diferente, a reflexão epistemológica de Bertrand Badie (1992) sobre as condições de possibilidade de uma sociologia histórica – esta grande consumidora de comparações internacionais – conduz a uma conclusão similar. Para Badie, a sociologia histórica é intrinsecamente aporética por duas razões principais. Partindo do princípio de que cada cultura é singular, não se pode autorizar a comparação entre elas. Certamente, pode-se contornar o obstáculo lançando mão de variáveis explicativas comuns. Mas, ainda assim, permanece uma questão de fundo: “as variáveis explicativas são independentes das culturas próprias aos objetos que se pretende analisar?”. A maioria dos trabalhos de sociologia histórica respondeu rápido demais pela afirmativa,

1. Para os alemães, “uma pessoa que vive principalmente do desemprego é automaticamente classificada desempregada desde que não tenha trabalhado, e mesmo que não tenha se declarado à procura de um emprego ou disponível para ele. Não se considera sua posição sobre o mercado de trabalho, mas seu lugar no sistema de distribuição de renda” (Besson e Comte, 1992, p. 152).

já que tais variáveis pertencem igualmente a uma história, a uma cultura, a uma aventura. Submeter todas as histórias a um mesmo jogo de variáveis explicativas significa traduzir as outras histórias segundo o código de uma história “eleita” (cf. Badie, 1992, p. 367). A segunda fraqueza que invalida a perspectiva comparativa relaciona-se com a impossibilidade de submeter essa última às exigências da razão científica: “é claro que o método das variações concomitantes quase não poderia aplicar-se: as variáveis construídas são muito rígidas e heterogêneas, os objetivos analisados muito extensivos para que a abordagem tenha um sentido” (*Idem*, p. 371). A comparação internacional, realizada por meio de um modesto indicador ou de um amplo balanço de uma disciplina que recorre largamente a ela, fracassa de maneira rápida sob o golpe de argumentos assassinos.

Comparação, reflexividade e pragmatismo

Tal como ocorre com as traduções, das quais não se pode avaliar o alcance (para não dizer a qualidade) fora do contexto no qual foram produzidas, os resultados provenientes dos trabalhos de comparação internacional são incompreensíveis se se despreza toda a historicidade em sua interpretação. A ideia é suficientemente banal para que se perca tempo com ela: como ignorar, por exemplo, o papel dos conflitos políticos e das mutações socioeconômicas da Alemanha weimariana na forma como Weber propõe – às vezes sob o risco de etnocentrismo – contextualizar o Estado moderno e, mais geralmente, os traços típicos das sociedades ocidentais modernas? A questão se coloca de maneira similar quase meio século mais tarde, quando, na atmosfera da Guerra Fria, os estudos comparativos se multiplicam. Considerando, por exemplo, obras como aquelas de Talcott Parsons em sociologia geral (1966) e de John Dunlop, Frederick Harbison, Clark Kerr e Charles Myers (1975) em relações industriais, o evolucionismo se casa nos dois casos com um etnocentrismo que dá aos países do Oeste ocidental o estatuto de horizonte intransponível em matéria de desenvolvimento social, político e econômico. Ainda que se possa censurá-lo por certa assimetria na valorização dos dois países comparados (Alemanha e França), o esquema analítico forjado pelos pesquisadores do Laboratório de Economia e Sociologia do Trabalho (LEST) escapa a essa armadilha. Referência incontornável para toda empreitada comparatista realizada na França no decorrer dessas últimas décadas, a abordagem pelo efeito “societário” permanece, ela também, todavia, expressão de seu tempo: de um período ainda dominado pelo modelo do trabalhador masculino da grande

indústria, de economias que se abriram timidamente ao internacional, de um Estado francês ainda avesso às reformas “modernizadoras”, de uma Alemanha mais do que nunca situada ao Ocidente etc.

Nas últimas décadas, as comparações comprometem uma grande diversidade de unidades significativas: empresas, cidades, regiões, setores de atividades, espaços econômicos locais, estabelecimentos escolares etc. (cf. Demazière, Giraud e Lallement, 2013). Em outros termos, embora continuemos formalmente a comparar objetos inseridos nos espaços nacionais, o quadro forjado pelo Estado-nação foi simultaneamente transformado por baixo (movimentos de descentralização e de governança) e por cima (desenvolvimento de redes, mundialização, construção da Europa social etc.). Além disso, na medida em que a homogeneidade que ontem era assegurada pelas instituições dos Estados-nação é colocada em questão pelas tensões crescentes entre socialização e modos de construção das identidades individuais, não é surpreendente que o princípio do homomorfismo – que era tido como estruturador dos diferentes mundos e níveis sociais – seja hoje em dia cada vez mais questionado.

A consequência é que, mais que ontem certamente, somos condenados ao pragmatismo, isto é, à adoção de métodos de comparação cujo critério de escolha depende antes de tudo de sua eficiência em relação aos objetivos visados pela pesquisa. Por isso, defendo a bricolagem metodológica, entendida conforme o sentido conferido por Lévi-Strauss.

Aquele que faz a bricolagem é apto a executar um grande número de atividades diversificadas, mas, diferentemente do engenheiro, ele não subordina nenhuma delas à conquista de matérias-primas e de ferramentas, concebidas e obtidas conforme o seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e o desafio a enfrentar é sempre se adaptar com os meios de que se dispõe, isto é, com um conjunto de ferramentas e de materiais obtidos a cada instante, heteróclitos ademais, porque a composição do conjunto não está relacionada com o projeto do momento, nem com nenhum projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentam para renovar ou enriquecer o estoque, ou conservá-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores (cf. Lévi-Strauss, 1960, p. 27).

Do mesmo modo que o conjunto desses elementos recuperados tem, na bricolagem, outra significação, em vez daquela que lhe era atribuída inicialmente, a acumulação de materiais de natureza heterogênea (porque “isso sempre pode servir”) permite construir um sentido. Cada vez mais as pesquisas comparativas procedem dessa forma. No caso da ciência política, Olivier

Giraud (2003) mostrou que a mestiçagem intelectual (entre racionalismo, culturalismo e institucionalismo, entre enfoques pelo caso e enfoques por variáveis, por exemplo) revelou-se uma via fecunda para renovar completamente nossa inteligência comparativa. A constatação vale também no campo da sociologia, onde a diversidade de referências teóricas (*grounded theory*, *political economy*, efeito societário, teoria econômica da regulação, escola sociológica da regulação, neoinstitucionalismo econômico, institucionalismo histórico etc.) concorre da mesma maneira que os métodos que lhe são associados.

O espaço da bricolagem comparativa

Devemos concluir das considerações precedentes que todo método pode satisfazer nossas ambições comparativas? Que toda teoria – na medida em que ela obtém inteligentemente os fatos recolhidos – vale tanto quanto outra? Em suma, que *anything goes*? Responder rapidamente pela afirmativa é muito perigoso, porque, assim fazendo, abre-se a caixa de Pandora da qual escapam regularmente escritos que pretendem o rótulo de “ciências sociais” mesmo quando não apresentam nenhum dos critérios de cientificidade habitualmente exigidos pela comunidade de sociólogos, cientistas políticos etc. de profissão. Eis por que não é possível sustentar a tese da “bricolagem comparativa” sem esboçar ao mesmo tempo os principais parâmetros do espaço intelectual no qual ela pode legitimamente tomar forma.

Com esse propósito, utilizarei dois eixos. Para construir o primeiro, tomo emprestado de Jean-Claude Passeron (1991) a constatação segundo a qual a sociologia mobiliza dois tipos de conceitos igualmente insatisfatórios. De um lado, dispomos de conceitos polimorfos (tais como “classe”, “interesse”, “conflito”, “estrutura”, “sistema”, “instituição”, entre outros) geralmente com significações diversas, e às vezes contraditórias, de tal sorte que seria ilusório querer contê-los em alguma definição genérica. De fato, seu valor heurístico só se revela fazendo-os sofrer a prova empírica. De outro lado, dispomos de uma linguagem administrativa (“lazers”, “juventude”, “cidade”, por exemplo) e de conceitos estenográficos (“criminalidade de colarinho branco”, “relações com a brincadeira”, por exemplo) que permitem produzir um saber situado, mas cuja acumulação e generalização revelam-se, no mínimo, problemáticas. Para construir meu segundo eixo, volto-me à tradutologia e adoto a divisão conotação semântica/conotação semiótica que Jean-René Ladmiral utiliza para assegurar seu principal teorema tradutológico. A conotação semântica é associada

[...] aos aspectos subjetivos do significado, do ponto de vista do tradutor. Mas essa subjetividade não é uma apropriação que individualiza as conotações no nível da competência de cada locutor, na consciência linguística espontânea do autor-fonte e dos leitores-alvos. É uma individuação metalinguística – e não estilística – das conotações, que sobressai da vivência do tradutor entre duas línguas, daí seu trabalho de bricolagem desses termos (Ladmiral, 1994, p. 199).

Ladmiral recorre a Louis Hjelmslev para definir a conotação semiótica. Segundo ele, “pode-se falar de metaconotação para indicar simultaneamente que ela analisa o processo global de funcionamento semiótico de um texto e que ela é, também, o prolongamento de uma semântica das conotações, capaz de assegurar a essas últimas um estatuto teórico, comum ao conjunto” (*Idem*, p. 201). Essa oposição – e esse é o seu interesse maior – institui dois polos com a ajuda dos quais se pode trabalhar por gradação, ainda mais porque ela não significa uma franca ruptura entre duas formas de conotação. Aplicada ao questionamento que nos preocupa, o cruzamento desses dois eixos permite apreender alguns casos-tipos de comparação e as exigências metodológicas mínimas que lhe são associadas.

QUADRO 1

Quatro estratégias de comparação internacional

		Conceito	
		Polimorfo	Estenográfico
Conotação	Semântica	Culturalismo	Indicadores
	Semiótica	Institucionalismo	Formalização de médio alcance

O institucionalismo

Quando cruzamos, em primeiro lugar, conceitos polimorfos e conotação semiótica, a que pesquisas nos referimos? Essencialmente, àqueles trabalhos que pretendem comparar culturas, até sociedades inteiras, acentuando o fato de que a comparabilidade é possível desde que se aceite o princípio de equivalentes funcionais. À semelhança dos linguistas, reconhece-se aqui a existência de uma conotação semiótica (o significante do signo de segundo nível é formado por um conjunto significante/significado de primeiro nível) que informa os espaços societários. Em outros termos, a comparabilidade é fundada sobre a aposta de uma equivalência possível entre instituições com características diversas, mas com funções substituíveis e complementares. Nesse caso, é o ferramental funcionalista (análise institucionalista) que se

impõe em primeiro lugar para fazer bricolagem das comparações, e isso à maneira como procedem, por exemplo, a escola da regulação francesa ou a Political Economy anglo-saxã.

Utilizei recentemente essa estratégia para analisar as implicações da crise econômica na Europa. Meu ponto de partida é a teoria de Peter Hall e David Soskice (2001), que propõe operar uma distinção entre duas grandes variedades do capitalismo: as economias de mercado liberal, de um lado, e as economias de mercado coordenado, de outro. No momento em que vem à luz o *Varieties of capitalism*, os Estados Unidos correspondem bastante bem ao primeiro desses modelos, e a Alemanha e numerosos países do centro e do norte da Europa, ao segundo. No espírito de seus formuladores, a constituição em economias de mercado liberal/mercado coordenado não tem sentido e valor heurístico a não ser que se aceite um postulado importante – aquele das complementaridades institucionais – que já servia de pedra angular aos trabalhos de Maurice, Sellier e Silvestre (1982). A opção por um modo de cooperação sobre um dado registro (um sistema de cooperações entre empresas baseado na confiança e na padronização do saber-fazer na Alemanha, por exemplo) frequentemente acompanha – por razões de eficácia – as escolhas sinérgicas sobre os outros registros (um sistema de relações profissionais que dá prioridade à cogestão e à paz social, um sistema educativo que valoriza a profissionalização, uma governança de empresa baseada sobre a confiança e a reputação, por exemplo). O desempenho e a vantagem comparativa que toda economia pode tirar de suas estruturas institucionais dependem em parte de sua capacidade de relacionar coerentemente as formas de cooperação escolhidas pelas empresas. Seguindo sempre Hall e Soskice, pode-se nomear de economia mediterrânea uma terceira variedade. Nesse caso, o Estado tem um papel fundamental e existe uma boa complementaridade entre uma proteção social – menos desenvolvida que no tipo das economias de mercado coordenado, é verdade – e um nível de proteção do emprego, bem mais elevado do que na Alemanha, na Áustria, nos países nórdicos, por exemplo.

O exame das estratégias adotadas pelas empresas – apoiado sobre o uso de uma bateria de indicadores estatísticos – mostra que três formas dominantes de adaptação à crise foram experimentadas no espaço da zona do euro, e elas correspondem às três variedades de capitalismo coexistentes na Europa (cf. Lallement, 2011). Os países mais próximos do tipo ideal das economias de mercado liberal (Irlanda, Reino Unido) optaram por um duplo ajustamento pelo mercado: ao mesmo tempo pelas quantidades de trabalho (recurso às demissões e ao subemprego) e pelo preço do trabalho (austeridade salarial).

A segunda estratégia verificada é aquela adotada pelas economias que, em coerência com a lógica que funda as economias de mercado coordenado, jogaram a carta da flexibilidade interna. É o caso da Alemanha e dos países nórdicos. Para poder conservar uma mão de obra qualificada e rara no mercado de trabalho, as empresas alemãs utilizaram dois dispositivos complementares: a redução do tempo de trabalho (uso de banco de horas) e o desemprego parcial. A última estratégia observada em 2008 e 2009, tanto na França quanto na Espanha, consistiu em fazer suportar o peso da crise pelas camadas mais precárias do assalariamento. Nesses países representativos da economia mediterrânea, os mais vulneráveis (trabalhadores temporários, assalariados com contrato por tempo determinado, entre outros) foram os primeiros a deixar a empresa.

A contribuição do culturalismo

O culturalismo, por sua vez, situa-se na articulação do polimorfo e do semântico. Com o risco da aporia relativista, a primeira palavra de ordem dos culturalistas é a “contextualização”. As técnicas que convidam a mobilizar essa tradição de análise são conhecidas: pesquisas sobre valores, recurso à história e, sobretudo, exame sistemático dos sintomas culturais, que podem ser testemunhados pelos dispositivos, pelas práticas e pelas relações sociais quando submetidos à investigação empírica. A pesquisa que Richard Biernacki (1995) consagrou à “fabricação do trabalho” na Alemanha e na Inglaterra me parece exemplar, nesse quadro preciso, de uma bricolagem particularmente bem-sucedida. Para mostrar que a mercantilização do trabalho é uma construção social que escapa a toda modelização geral e abstrata, o autor mobiliza um importante material empírico derivado da historiografia da indústria do tecido (1640-1914). Depois de se interessar por objetos diversos (modos de remuneração dos trabalhadores, cálculo de custos, controle social da mão de obra, direito dos empregadores, codificação dos produtos, ação coletiva), Biernacki estima que se podem opor duas culturas de trabalho: “proprietários e trabalhadores alemães viam o emprego como a apropriação do tempo da força de trabalho dos trabalhadores e a disposição sobre a sua atividade de trabalho. Em contraste, proprietários e trabalhadores ingleses viam o emprego como a apropriação do trabalho materializado por seus produtos” (*Idem*, p. 12). Outra conclusão interessante: por meio de seus escritos sobre o trabalho, Karl Marx e Adam Smith não inventaram completamente uma nova concepção da ação produtiva. Eles

apenas racionalizaram intelectualmente as práticas pouco comparáveis de uma cultura a outra. Nessas condições, não surpreende que os debates que opuseram os economistas em relação ao valor trabalho nunca houvessem chegado a um termo.

Fugindo dos clichês, a abordagem culturalista mostra-se muito interessante para compreender os modos de gestão do trabalho cujas razões de ser se explicam antes de tudo por uma história de longa duração. Como testemunham os trabalhos de Helena Hirata (1992, 1998), a sociologia só tem a ganhar com a comparação internacional desde que a noção de cultura seja desreificada e mobilizada em associação com outras variáveis explicativas (o desenvolvimento econômico, as instituições, por exemplo). Assim procedendo, Hirata mostra que, para explicar os tipos e os níveis variados de discriminação sofridos pelas mulheres brasileiras, japonesas e francesas, é interessante pensar objeto por objeto (salário, teto de vidro, acesso à formação profissional, peso da segmentação mulheres casadas/solteiras, entre outros), na medida em que as variáveis determinantes da discriminação (leis, socialização familiar, número de mulheres solteiras no mercado de trabalho, estratégias das empresas etc.), mesmo que não sejam estranhas à cultura de cada país, não são sempre as mesmas nos vários objetos. Além disso, entrando no detalhe das regulações setoriais e das práticas de empresa, Hirata defende que as formas concretas da divisão sexual do trabalho não podem ser reduzidas à simples impressão uniforme de matrizes culturais variáveis entre os países. Apesar das modernizações tecnológicas, a indústria do vidro, por exemplo, parece não levar em conta as diferenças nacionais, porque no Brasil, na França ou no Japão o setor quente (forno, fabricação) permanece ainda hoje o apanágio dos homens, o setor frio (controle, embalagem), aquele das mulheres. Da mesma forma, o exame atento da gestão da mão de obra da filial japonesa de uma firma multinacional francesa revela um quadro nuançado dos efeitos da cultura (cf. Hirata e Zarifian, 1994). Diferentemente da França, onde os dois sexos se beneficiam de contratos de trabalho similares, a segmentação aparece mais marcada no país do sol nascente. Segundo uma lógica que associa mais estreitamente as mulheres ao espaço doméstico, somente uma minoria (40%) de homens japoneses se beneficia do emprego vitalício e de salários elevados. As mulheres são marginalizadas, colocadas do lado da precariedade, dos baixos salários e da invisibilidade (elas não aparecem no organograma da empresa). Todavia, analisando melhor, percebe-se que, em outros registros, a empresa francesa é até mais discriminadora que sua *alter ego* japonesa: a política de recruta-

mento é desfavorável às mulheres de mesmo *status* que os homens; as novas técnicas de produção beneficiam antes de tudo os homens.

A formalização de médio porte

O espaço constituído no cruzamento entre conceitos estenográficos e conotação semiótica tem se mostrado rico nos últimos anos, quando numerosas pesquisas questionaram o lugar e o estatuto das mulheres no mercado de trabalho. Acentuando a coerência dos espaços nacionais, esses trabalhos permitem abordar mais precisamente a questão das especificidades de cada país. Nesse vasto material, os ângulos de abordagem variam. Os estudos oscilam entre análise comparada de um objeto singular e análises das políticas públicas em geral. Aqui, a estratégia comparativa mais geralmente adotada consiste em modelizar, isto é, acentuar à vontade um ou mais traços característicos dos países estudados e analisar suas interações sob o prisma da história singular de cada configuração nacional. No campo dos estudos de gênero, três variáveis mais amplas – o trabalho, a família, a política pública – são frequentemente utilizadas para explicar o estatuto e a posição das mulheres nas diferentes sociedades analisadas (cf. Lewis, 1993). Como mostram mais precisamente os numerosos estudos realizados, as configurações nacionais permanecem devedoras de traços que as singularizam fortemente umas em relação às outras. Nesse sentido, as políticas traçadas pelos governos britânico, francês e sueco permitiram inflectir fortemente o antigo modelo do *male breadwinner*, mas segundo opções muito diferentes. No caso britânico, durante os anos de 1980 e 1990, o Estado deixa às famílias, e às mulheres chefes de família, o cuidado de articular as tarefas domésticas com um trabalho profissional. O acesso ao emprego de mulheres inglesas acumula várias características importantes a partir desse fato: um recurso maciço a empregos de tempo parcial (frequentemente de curta duração e, portanto, não suscetíveis ao direito à proteção social), uma saída mais rápida do mercado de trabalho (ao menos em comparação com os países que oferecem verdadeiros serviços de guarda da primeira infância) ou ainda uma dominação jurídica formal do marido sobre sua esposa.

Preocupada há muito tempo com a questão natalista, a França aparece, em contraste, como um país de tensões permanentes. Há anos o Estado incentiva o desenvolvimento do emprego feminino em período parcial. Ao mesmo tempo, adotou medidas contraditórias, que encorajam e desencorajam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Desse ponto

de vista, as medidas mais marcantes dizem respeito às licenças parentais: acesso dos pais a esse sistema em 1984, criação de uma alocação parental de educação em 1985, beneficiando o pai ou a mãe que deixa sua atividade profissional para cuidar de seu filho até a idade de três anos, extensão em 1984 dessa alocação ao segundo filho, com autorização de acúmulo com um trabalho em período parcial. As implicações dessa última medida não se fazem esperar. Entre 1994 e 2002, o percentual de mulheres ativas com dois filhos passou de 69% para 50%! Frequentemente apresentada como o contramodelo absoluto da lógica liberal, a Suécia é um país que agencia de forma diferente o trabalho, a família e a ação estatal. Historicamente, o país abandonou o maternalismo, adotando o princípio do domicílio com dupla renda. As mulheres, inclusive as mães de crianças pequenas, chegam ao mercado de trabalho e nele se mantêm de maneira estável. Uma cultura que concede um lugar central à família e às licenças parentais, ao mesmo tempo mais flexíveis e mais generosas que em numerosos países europeus – eis dois elementos que favorecem, ao menos formalmente, a igualdade entre homens e mulheres. De fato, o trabalho doméstico é mais bem repartido do que em outros lugares. O modelo sueco deve se impor nessas condições como o modelo de excelência? Na realidade, o quadro deve ser relativizado. Na Suécia, “os homens permanecem principalmente como cidadãos trabalhadores, enquanto as mulheres, mesmo se são empregadas por quase toda a vida, conservam seu papel maternal” (Orloff, 2006, p. 16).

Há outra maneira de praticar a formalização de médio porte. A síntese de Robert Boyer e Michel Freyssenet (2000) sobre os modelos produtivos é muito interessante. Rompendo com uma perspectiva nacional que designa a cada país um modo único de agir produtivo, os dois pesquisadores raciocinam em termos de modelo (aquí, a concatenação das variáveis “política-produto”, “organização produtiva” e “relação salarial”). Os seis modelos recenseados não são apanágio de nenhum país. Ao contrário, um mesmo país pode gerar em seu seio diferentes modelos, que às vezes se opõem (é o caso dos modelos Toyota e Honda no Japão). Essa maneira de desagregar as relações salariais nacionais renova a prática da comparação, porque convida a prestar atenção à diversidade de configurações que habitam um mesmo segmento produtivo nacional.

A política dos indicadores

Tratando-se, enfim, do cruzamento entre a estenografia e a semântica, voltamos à interrogação inicial deste texto: aquela em virtude da qual um

mesmo significativo pode ocultar uma grande variedade de práticas e referenciais. Destinado a projetar sobre um mesmo espaço realidades nacionais extremamente heterogêneas, o método dos indicadores se caracteriza por outra fraqueza, a saber, sua intenção normativa. Consideremos como ilustração a estratégia da cidade de Lisboa utilizada em 2000 pela União Europeia. Objetivos quantificados são fixados para o horizonte de 2010, com uma taxa de 60% de emprego das mulheres. Os balanços regulares efetuados com a ajuda dos indicadores misturam explicitamente avaliação e prescrição: a política dos indicadores tem por ambição separar os bons dos maus alunos, incitar os retardatários a seguir os caminhos dos mais avançados (*benchmarking*) etc.

O maior problema dessa abordagem é que, ao mesmo tempo que pode ajudar a desagregar os indicadores globais, “sexuando-os”, por exemplo, ela ignora completamente a complexidade das configurações nacionais. Ora, um mesmo significativo (a taxa de desemprego das mulheres) pode ocultar práticas, referenciais, compromissos etc. de geometrias mais do que variáveis. A comparação das taxas de uso dos empregos em tempo parcial permite um rápido convencimento sobre os limites de práticas das quais os grandes organismos internacionais são, todavia, apreciadores (cf. Maruani, 2000). Na França, o fato de se trabalhar em tempo parcial é conotado, pela população feminina, como uma forma de marginalização do mercado de trabalho. O mesmo não vale na Alemanha e, em certa medida, na Holanda e no Reino Unido, porque a conotação é mais positiva. Na Alemanha, o tempo parcial não é percebido como um instrumento de gestão da crise em detrimento de uma parte da população ativa, mas como um instrumento que, usado nos anos de 1950 e 1960, permite às mulheres ganhar em autonomia pelo acesso ao mercado de trabalho.

A despeito desses limites, não creio que as dificuldades do trabalho comparativo devam nos fazer abandonar os indicadores, que têm seu valor. Desde que não se procure obter informações além daquelas que dados frequentemente frágeis podem fornecer, é possível, com efeito, aprender com as comparações entre numerosos países, as quais devem mobilizar obrigatoriamente indicadores sintéticos. O trabalho de Hadas Mendel e Moshe Semyonov (2006) sobre o Estado e o emprego das mulheres em 22 países industrializados é uma prova disso. De sua pesquisa, os dois autores concluem que, nos países onde o Estado social é desenvolvido (os países escandinavos), a taxa de atividade feminina é particularmente alta. Mas, nesses mesmos espaços, a segmentação é importante (concentração de grande

parte das mulheres em um número reduzido de ocupações, acesso limitado das mulheres às funções gerenciais etc.) e mais acentuada, em todo caso, do que nos países onde o Estado providência é menos ativo a favor do trabalho das mulheres (Austrália, Estados Unidos, Canadá, entre outros).

Conclusão

A partir dessas reflexões, retomo duas ideias de importância desigual. Mesmo que o par denotação/conotação tenha sido objeto de críticas severas por parte dos linguistas, seu uso permanece precioso para a prática dos tradutores. A esse respeito, o paralelo com a comparação internacional é frutífero. Teoricamente, poder-se-ia decretar que, o Outro não sendo o Mesmo, toda abordagem comparativa é aporética. Todavia, desde que se adota o ponto de vista da prática, a objeção cai por terra. A distinção permanece útil tanto para o tradutor quanto para o sociólogo. Pensando bem, isso não é inteiramente novo. De Edmond Goblot a Pierre Bourdieu, uma tradição de pesquisa soube aproveitar esse fio condutor para alimentar uma sociologia da distinção que convida a diferenciar a “denotação” das práticas (vestir-se, por exemplo) de suas conotações simbólicas (anunciar uma diferença significativa na escolha das vestimentas e na maneira de portá-las a fim de – para o burguês de Goblot – construir barreiras e níveis). O mesmo tipo de conclusão a que chego para o díptico denotação/conotação vale para o par conotação semiótica/conotação semântica. A segunda ideia que me importa tomar emprestada da tradutologia diz respeito à impossibilidade de enunciar uma teoria geral da comparação. Conseqüentemente, no melhor dos casos, devemos nos contentar com migalhas de teoremas e bricolagens parciais. Ou ainda, em outros termos, as oposições entre pontos de vista constituídos parecem depender, antes de tudo, da entomologia acadêmica, porque, como já sugeri, a prática comparativa é fundada sobre a reunião mais ou menos engenhosa de materiais (históricos, de observações etc.), de conceitos (polimorfos e estenográficos) e de métodos (desconstrução, modelização ideal típica, por exemplo) variados. Essa hipótese não pode ser, refletindo-se bem, tão nova quanto aquela. Enfim, se consideramos a maneira pela qual Max Weber tentou nutrir sua tese sobre a singularidade do capitalismo moderno comparando a China e a Europa do século XVI, não devemos concluir com Jean-Claude Passeron que “ela vem do raciocínio natural, à maneira da bricolagem, se quisermos; mas é o exemplo mesmo do que estamos condenados a fazer para efetuar um raciocínio sociológico” (Passeron, 1991, p. 77).

Referências Bibliográficas

- BADIE, B. (1992), "Analyse comparative et sociologie historique". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 133: 363-372.
- BECKER, H. (2002), *Les ficelles du métier*. 1ª edição 1998. Paris, La Découverte.
- BESSON, J. L. & COMTE, M. (1992), *La notion de chômage en Europe: analyse comparative*. Paris, CUREI/MIRE/LESA.
- BIERNACKI, R. (1995), *The fabrication of labor: Germany and Britain, 1640-1914*. Berkeley, University of California Press.
- BOYER, R. & FREYSSINET, M. (2000), *Les modèles productifs*. Paris, La Découverte.
- COLLIOT-THÉLÈNE, C. (2003), "Préface". In: WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris, La Découverte, pp. 9-59.
- DEMAZIÈRE, D., GIRAUD, O. & LALLEMENT, M. (2013), "Comparer: options et inflexion d'une pratique de recherche". *Sociologie du Travail*, 55 (2): 136-151.
- DUNLOP, J. T., HARBISON, F. H., KERR, C. & MYERS, C. (1975), *Industrialism and industrial man reconsidered*. Princeton, Inter University Study of Human Resources in National Development.
- HALL, P. A. & SOSKICE, D. (orgs.). (2001), *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford, Oxford University Press.
- HIRATA, H. (1992), "Paradigmes d'organisation industrielle et rapports sociaux: comparaison Brésil-France-Japon à partir du cas de l'industrie du verre". Gedisst-CNRS. [Em português, em *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002, pp. 61-85.]
- _____. (1998), "Entreprise et société: gestion de la main-d'œuvre et cultures nationales". Communication à l'ENSPTT, 27 mai. [Em português, em HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002, pp. 111-130.]
- HIRATA, H. & ZARIFIAN, P. (1994), "Le modèle français sous le regard du Japon: l'exemple de l'agro-alimentaire", communication à la deuxième rencontre internationale du Gerpisa. Paris, 16-18 juin, 19 pages. [Em português, em HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002, pp. 87-109.)
- LADMIRAL, J. R. (1994), *Traduire: théorèmes pour la traduction*. Paris, Gallimard.
- LALLEMENT, M. (2003), "Raison ou trahison? Eléments de réflexion sur les usages de la comparaison en sociologie". In: LALLEMENT, M. & SPURK, J. (orgs.). *Stratégies de la comparaison internationale*. Paris, CNRS, pp. 107-120.
- _____. (2011), "Europe and the economic crisis: forms of labour market adjustment and varieties of capitalism". *Work, Employment and Society*, 25 (4): 627-641.

- LÉVI-STRAUSS, C. (1960), *La pensée sauvage*. Paris, Plon.
- LEWIS, J. (org.). (1993), *Women and social policies in Europe: work, family and the State*. Aldershot, Brookfield, Edward Elgar.
- MARUANI, M. (2000), *Travail et emploi des femmes*. Paris, La Découverte.
- MAURICE, M., SELIER, F. & SILVESTRE, J. J. (1982), *Politique d'éducation et organisation industrielle en France et en Allemagne*. Paris, PUF.
- MCMICHAEL, P. (1992), "Repenser l'analyse comparative dans un contexte postdéveloppementaliste". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 133: 397-413.
- MENDEL, H. & SEMYONOV, M. (2006), "A Welfare State paradox: State interventions and women's employment opportunities in 22 countries". *American Journal of Sociology*, 111: 1910-1949.
- ORLOFF, A. (2006), "L'adieu au maternalisme? Politiques de l'Etat et emploi des mères en Suède et aux États-Unis". *Recherches et Prévisions*, 83: 9-28.
- PARSONS, T. (1966), *Societies: evolutionary and comparative perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- PASSERON, J. C. (1991), *Le raisonnement sociologique*. Paris, Nathan.
- RAGIN, C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.

Resumo

Comparações internacionais: desafios para os estudos sobre trabalho e gênero

A comparação internacional é uma prática paradoxal. Ela obriga a comparar o incomparável. Esse artigo se inspira em certas opções da tradutologia para assimilar a comparação internacional à bricolagem. Numa perspectiva pragmática, podemos distinguir quatro estratégias comparativas: o institucionalismo, o culturalismo, a formalização de médio alcance e a política dos indicadores. Para ilustrar essas estratégias o artigo se apoia num material empírico colhido no campo do trabalho e do emprego.

Palavras-chave: Trabalho; Emprego; Conotações; Epistemologia.

Abstract

International comparisons: challenges for studies of work and gender

International comparison is a paradoxical practice. It requires the comparison of the incomparable. This article draws from certain approaches to translatology in order to assimilate international comparison with bricolage. From a pragmatic viewpoint, we can distinguish four comparison strategies: institutionalism, culturalism, medium-range formalization and indicator policies. To illustrate these strategies the article draws on empirical material collected in the field of work and employment.

Keywords: International comparisons; Work; Employment; Connotations; Epistemology.

Texto recebido em 18/11/2013 e aprovado em 27/2/2014.

Michel Lallement é professor titular da cátedra de Sociologia do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, e no Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique (Lise)-CNRS. E-mail: michel.lallement@cnam.fr.